

IFRS

International Financial Reporting Standards (IFRS) para pequenas e médias empresas: uma análise sob a perspectiva de alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior do Vale do São Francisco

O IFRS para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) foi adaptado e introduzido no Brasil no ano de 2010 e, desde então, se tornou imprescindível para as universidades propagarem o ensino desses conteúdos nos cursos de Ciências Contábeis. Diante disso, o presente estudo buscou investigar a autopercepção dos alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) do Vale do São Francisco, em relação à convergência da contabilidade das PMEs ao padrão IFRS PMEs, divulgado, no Brasil, por meio da NBC TG 1000. Por meio da coleta de dados via questionário aplicado a uma amostra de 119 respondentes e com utilização da técnica *Test t Student*, para verificar a existência de diferenças significativas nas respostas entre as IES, os gêneros, a experiência profissional e o período do curso, notou-se que a maior parte dos investigados admitiu possuir baixo nível de conhecimento. Quanto à crença em relação à aplicação da norma técnica pelos profissionais de contabilidade, metade dos alunos optou por não responder alegando desconhecimento, porém, 17% destes acreditam na preocupação dos contadores em oferecer informações precisas para tomada de decisões. Relativamente ao maior obstáculo para aplicação plena, quase 40% percebem que os contadores não estão preparados, como também sentem falta de maior treinamento.

2051 – Recebido em 27/2/2018. Distribuído em 28/2/2018. Pedido de revisão em 2/4/2018. Resubmetido pelo autor em 16/4/2018. Aprovado em 23/4/2018, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2018. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Jonathan Gabriel Brune de Jesus

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facapec) e MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdade São Francisco de Juazeiro (FASJ).

E-mail: jonathan1.premier@gmail.com

João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facapec), é mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape), e doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: joaohipolito@ufpi.edu.br

Juliana Reis Bernardes

Bacharel em Ciências Contábeis e mestra em Administração e Desenvolvimento Empresarial pela Universidade Estácio de Sá (Unesa).

E-mail: jureis3d@hotmail.com

Ricardo Ferreira da Costa

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possui MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e doutorando em Contabilidade pela Universidade do Minho - Universidade de Aveiro - Portugal. É professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facapec).
Email: ricardo.costa@facape.br / ricardofcosta@ua.pt

1. Introdução

Nos últimos anos, tem sido unânime a percepção, no âmbito profissional, acadêmico e da sociedade em geral, de que a Contabilidade no Brasil mudou (ANTUNES et al., 2012). Nesse sentido, de acordo com Shimamoto e Reis (2010), a partir da aprovação da Lei n.º 11.638/2007, que alterou a Lei n.º 6.404/1976, o Brasil passou a prever, em seu sistema legal, a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, denominado *International Financial Reporting Standard (IFRS)*, no arcabouço normativo, iniciando, então, o processo de convergência para normas que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*.

A princípio, as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 atingiram somente as empresas com valores cotados em bolsa do País, bem como as empresas de grande porte, classificação esta criada a partir dessa alteração da legislação. No entanto, no ano de 2009, com o propósito de melhorar as informações contábeis produzidas pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs), o IASB publicou o normativo denominado *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)*.

O passo seminal para a inserção das PMEs à normatização internacional no Brasil foi dado em dezembro de 2009, quando o País adotou a Resolução do Conselho Federal de Contabi-

lidade n.º 1255/2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - Técnicas Gerais n.º 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, tornando-se vigente desde 1º de janeiro de 2010.

Armond, Avelino e Nascimento (2014) destacam que, a partir dessa nova realidade, estudar e aprender a essência do IFRS tornou-se fundamental para todos os alunos de Ciências Contábeis das universidades brasileiras. Nesse sentido, logo após a divulgação da referida resolução normativa brasileira para as PMEs, o professor Valcemiro Nossa (2010), em entrevista à Revista Brasileira de Contabilidade, reforçou a importância de uma rápida adequação dos cursos de Ciências Contábeis nacionais, tendo em vista a necessidade da disseminação da nova norma técnica entre os alunos, para que a academia possa oferecer uma base mais sólida aos futuros profissionais da contabilidade.

Nessa perspectiva, esforços acadêmicos têm sido direcionados a investigar a percepção de alguns *stakeholders* acerca do IFRS aplicado às PMEs, sendo, no entanto, a maior parte dos estudos dirigidos aos profissionais da contabilidade que, via de regra, têm demonstrado uma percepção razoável acerca dessa nova realidade contábil para as PMEs (e.g., ALVES et al., 2013; JESUS et al., 2015; entre outros).

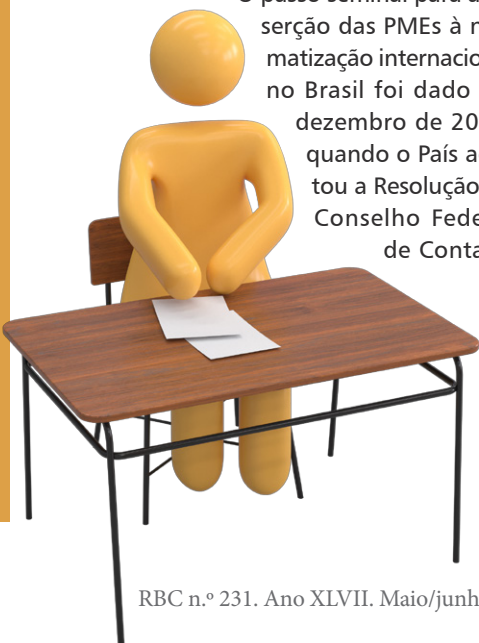
Especificamente relativo aos alunos, futuros profissionais da contabilidade, poucos estudos foram encontrados, condição esta que também justifica a realização e a relevância do presente estudo. Nesse contexto, emerge a questão incentivadora dessa pesquisa: **Qual a auto-percepção dos alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) do Vale do São Francisco, em relação à convergência do IFRS PMEs, suportado no Brasil pela NBC TG 1000?** Tomando por

base essa questão de pesquisa, delinea-se o seguinte objetivo: investigar a autopercepção dos alunos em relação à convergência da contabilidade das pequenas e médias empresas ao padrão IFRS PMEs.

Considerando que as PMEs representam cerca de 99% dos empreendimentos em atividade no Brasil, com cerca de 9 milhões de empreendimentos e contribuindo com, aproximadamente, 27% do Produto Interno Bruto (PIB) (SEBRAE/MT, 2014), além de, muito provavelmente, serem o tipo de empresas que mais demandam os serviços contábeis em todo o País, a presente pesquisa se justifica por conta da abrangência dessas empresas no cenário nacional. Consequentemente, ressalta-se ainda as oportunidades de atuação dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis como os futuros profissionais à frente da Contabilidade desse relevante tecido empresarial brasileiro.

Além do mais, os resultados da presente pesquisa têm potencial de contribuir para as IES do Vale do São Francisco que ofertam o curso de Ciências Contábeis, como referência para análise e atualização de suas ementas curriculares com a inclusão e desenvolvimento de conteúdos voltados para as novas exigências acerca da adoção do IFRS PMEs.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, na seção dois, reporta-se à revisão da literatura, em que se contextualiza o IFRS para PMEs. São apresentados os estudos empíricos nacionais mais recentes sobre a percepção acerca da adoção do IFRS PMEs e, por fim, são discutidos os desafios para o ensino da Contabilidade internacional no Brasil. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos. A quarta contempla os procedimentos adotados na coleta e análise dos da-



dos. Por fim, na última seção, são evidenciadas as principais conclusões, limitações e pistas para pesquisas futuras.

2. Referencial Teórico

2.1 IFRS para Pequenas e Médias Empresas

Em face da integração dos mercados e da necessidade de ofertar melhores informações por meio de relatórios contábeis que possam ser analisados e comparados, surgiram as IFRS, que têm como propósito, por meio de sua adoção, agregar, por intermédio das demonstrações contábeis, informações consistentes, fidedignas e relevantes ao usuário externo de forma comparativa, mesmo que sejam oriundas de empresas instaladas em países distintos (CARÍSSIMO; PINHEIRO, 2012).

A partir das necessidades e da consequente busca por informações mais confiáveis e transparentes, tornou-se relevante o processo de convergência contábil, que tem como organismos responsáveis o Iasb, a nível internacional, e, no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emite os pronunciamentos de acordo com as IFRS (SÁ; MALAQUIAS, 2012).

Alves et al. (2013) destacam que as IFRS surgiram diante de um contexto em que a Contabilidade necessitava de normas globais unificadas, principalmente após as sucessivas crises financeiras no mercado de valores mobiliários a nível mundial. Dessa forma, o Iasb tem realizado esforços na perspectiva de promover a convergência internacional das práticas contábeis adotadas pelas empresas, a fim de proporcionar maior transparência das informações, bem como permitir sua comparabilidade (ARMOND; AVELINO; NASCIMENTO, 2014).

De acordo com Caríssimo e Pinheiro (2012), a busca pela implantação das IFRS foi um processo longo, com mais de 25 anos, liderado pelo Iasb que, no Brasil, com a adoção das Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, tornou obrigatória a sua aplicação para as empresas de capital aberto e de grande porte, alterando a antiga Lei n.º 6.404/1976 (Lei das S.A), depois de mais de 30 anos de sua vigência.

Após a efetivação da tendência global em convergir para um modelo comum de normas contábeis, o Brasil passou a ser um dos países que aderiu ao novo padrão emitido pelo Iasb, em consonância com outros países da União Europeia, China, Rússia,

Austrália e África do Sul (ARMOND; AVELINO; NASCIMENTO, 2014).

Nascimento, Dornelles e Szuster (2016) ressaltam que, muito embora o Iasb seja o organismo emissor do padrão contábil internacional, suas decisões não têm poder impositivo, cabendo, portanto, a cada país a definição pela adoção e legitimação das normas sugeridas pelo Iasb.

Nesse contexto, o Brasil vem modificando suas práticas para o padrão IFRS, com destaque mundial, em face de ter realizado o processo de convergência conjuntamente para as sociedades anônimas de capital aberto, empresas do setor público e micros, pequenas e médias empresas (NASCIMENTO et al., 2014).

Diante dessa abrangência, o Iasb emitiu o IFRS para as PMEs em julho de 2009, que foi adaptado no Brasil pelo CPC e incorporado às normas já existentes por intermédio do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, legitimado por meio da Resolução do CFC n.º 1255/2009, que aprovou a NBC TG 1000. Para o CFC (2009), são consideradas PMEs àquelas que apresentam as seguintes características: (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais (usuários externos).

“Após a efetivação da tendência global em convergir para um modelo comum de normas contábeis, o Brasil passou a ser um dos países que aderiu ao novo padrão emitido pelo Iasb, em consonância com outros países da União Europeia, China, Rússia, Austrália e África do Sul (ARMOND; AVELINO; NASCIMENTO, 2014).”

O IFRS PMEs foi publicado no *site* do IASB em 2009, sendo essa norma obtida por meio da exclusão de conteúdos e/ou simplificação de tratamentos contábeis contidos nas IFRS completas desenvolvidas para as empresas de grande porte (MASCA, 2012).

Nesse sentido, para a Deloitte (2013), o IFRS PMEs mostra-se independente do conjunto completo das IFRS (*IFRS full*) e totalmente adaptado às necessidades e características das empresas de menor porte, e é regido em linguagem clara e de fácil compreensão, sendo esse novo padrão contábil benéfico não somente para tais empresas, mas, sobretudo, para os usuários de suas demonstrações financeiras.

Na opinião de Perera e Chand (2015), a adoção do IFRS PMEs poderá contribuir para melhorias na qualidade e comparabilidade de demonstrações financeiras de diferentes empresas em todo o mundo, permitindo a diminuição da assimetria de informação, bem como a facilitação do acesso competitivo a financiamentos internacionais.

Nessa perspectiva, o CFC (2009) destaca que os demonstrativos financeiros das PMEs, produzidos de acordo com as normas

contábeis internacionais, podem oferecer suporte aos usuários das informações contábeis, auxiliando-os para uma tomada de decisão mais acertada, melhorando o acesso aos mercados internacionais, traduzindo efeitos favoráveis nas relações públicas e possibilitando a redução dos custos de capital da economia como um todo.

Dessa forma, a partir da adoção do IFRS, as PMEs tendem a ter acesso a informações de melhor qualidade, podendo esse cenário fomentar a tomada de decisões mais acertadas a respeito do futuro da empresa (GIROTTI, 2010). Além do mais, Vânia Borgeth, chefe do Departamento de Contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), observa que o IFRS PMEs apresenta um papel fundamental na redução do custo de captação de recursos, uma vez que a informação preparada de acordo com tal padrão contábil é mais ampla e transparente, o que permitirá ao analista de crédito ter uma visão mais confiável sobre o negócio (GIROTTI, 2010).

Reforçando a ideia, Ricardo Rodil, membro *Small and Medium-Sized Entities Implementation Group* (SMEIG), grupo que trata da integração para implantação e auxílio

das novas práticas nas PMEs, justifica que as empresas que resolverem seguir à risca o IFRS PMEs estarão em vantagem competitiva em relação àquelas que não as adotarem, porque, para as primeiras, será mais fácil conseguir financiamentos a juros menores e, entre outras vantagens, terão suas demonstrações contábeis mais facilmente interpretadas por investidores estrangeiros, também tendo como reflexo disso a redução do custo de capital (GIROTTI, 2010).

Entretanto, na visão de Martins, Cunha e Garcia (2013), um dos obstáculos para a convergência internacional das normas de contabilidade tem sido o aspecto cultural de cada país, principalmente em se tratando de PMEs no Brasil, que, em geral, não têm o hábito de cumprir à risca as normas contábeis, sendo comum uma visão limitada da contabilidade que é utilizada apenas para cumprir as exigências do Fisco.

Por outro lado, para Masca (2012), o IFRS PMEs é desenvolvido com base nas IFRS completas e que, diante do mundo globalizado, trata-se de algo que não pode mais ser renunciado. A despeito do exposto, ainda existe um grande desafio para as pequenas entidades, pois esse tipo de empresa é influen-

“Relativamente aos alunos de graduação em Contabilidade, mesmo tratados secundariamente, os resultados evidenciaram um baixo nível de conhecimento dos respondentes em relação ao tema, resultados que, de acordo com Silva (2014), podem ser utilizados como referencial para avaliação das instituições de ensino superior de Contabilidade, além de professores e alunos.”

ciado diretamente pela cultura contábil existente na área geográfica em que opera.

Nesse sentido, Meirelles (2012) destaca que, apesar de a NBC TG 1000 ser exigida pelo CFC desde 1º de janeiro de 2010, grande parte das PMES ainda não procedeu à convergência de sua contabilidade para a referida norma contábil. Portanto, tal situação sugere que os profissionais da área contábil busquem se aperfeiçoar e atuem como agentes incentivadores e auxiliares para convergência contábil das PMEs, pois, segundo Armond, Avelino e Nascimento (2014), a busca pela harmonização das normas de contabilidade representa um grande desafio para essas empresas.

2.2 Estudos anteriores sobre a percepção acerca da adoção do IFRS PMEs

O processo de convergência da contabilidade das PMEs brasileiras ao padrão internacional tem motivado a condução de alguns estudos empíricos no Brasil. Assim, apresenta-se no Quadro 1, um resumo dos

estudos mais recentes realizados em diferentes regiões brasileiras, que analisam a percepção desse processo de convergência das PMEs.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, em geral, os estudos conduzidos no contexto brasileiro têm focado na investigação da percepção dos profissionais de contabilidade, concluindo pela existência de nível comedido de conhecimento acerca da nova realidade contábil com a adoção do IFRS para as PMEs, sendo notado, inclusive, o descrédito, por parte dos profissionais, acerca da adoção efetiva da NBC TG 1000 pelas empresas, devendo ocorrer a sua adoção de forma incompleta.

Relativamente aos alunos de graduação em Contabilidade, mesmo tratados secundariamente, os resultados evidenciaram um baixo nível de conhecimento dos respondentes em relação ao tema, resultados que, de acordo com Silva (2014), podem ser utilizados como referencial para avaliação das instituições de ensino superior de Contabilidade, além de professores e alunos.

2.3 Desafio para o ensino da contabilidade internacional no Brasil

A partir da introdução das normas internacionais a nível mundial, o ambiente empresarial passou a exigir um profissional capaz de interpretar os novos mecanismos incorporados pela convergência das normas internacionais de contabilidade, tais como o arcabouço teórico que introduziu novos conceitos, normas baseadas em princípios, valor justo e a predominância da essência sobre a forma (PEREIRA, 2011).

A nova Lei das S/A n.º 11.638/2007 introduziu a convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade e, portanto, esse processo tem sido acompanhado de um conjunto de alterações normativas, inclusive aplicadas às PMEs, conforme já mencionado.

Naturalmente, essas alterações introduzidas pela nova Lei das S/A têm reflexo na formação acadêmica. Ao propiciar um incremento na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, uma mudança subs-

Quadro 1 – Resumo dos principais estudos anteriores sobre o IFRS PMEs

Autor/Ano	Objetivo	Principais conclusões
Martins, Cunha e Garcia (2013)	Investigar a percepção de alunos, professores e profissionais da área contábil sobre a importância e a aplicabilidade do CPC para as PMEs no Estado da Paraíba.	Os pesquisados não possuem nível de conhecimento necessário e adequado para total aplicação da convergência do IFRS. Professores e profissionais revelaram ter um nível médio de conhecimento acerca do conteúdo do CPC-PME, enquanto os alunos demonstraram baixo nível de conhecimento de tais normas. De modo geral, a maioria dos pesquisados não acredita na completa aplicação da normas para as PMEs porque os contadores não estão preparados e consideram que o procedimento técnico mais difícil de ser aplicado é o reconhecimento, mensuração e a evidenciação de instrumentos financeiros.
Pinto, Costa e Santos (2013)	Analisar a percepção dos profissionais de contabilidade frente aos custos e benefícios de adoção do CPC PME.	Para os participantes da pesquisa, o principal benefício da adoção do IFRS PMES, é a melhoria da qualidade da informação contábil através da sua comparabilidade, utilidade e transparência. Os custos de implementação, a falta de profissionais treinados e a necessidade de ajustes dos sistemas de informática, são os principais entraves para completa adoção da IFRS PMES.
Alves et al. (2013)	Investigar quais serviços contábeis estão sendo ofertados pelos escritórios de contabilidade que atendem as PMEs e analisar o grau de utilização das IFRS for SMEs de seus clientes (Recife-PE).	Constatou-se a não utilização do IFRS pelos escritórios de contabilidade analisados, bem como que alguns profissionais não têm conhecimento sobre a convergência contábil. Além do mais, os resultados evidenciaram que a maioria dos profissionais de contabilidade não consideram necessária a adoção do IFRS PMES.
Silva (2014)	Analisar a percepção dos alunos concluintes do curso de ciências contábeis da cidade de Campinha Grande/PB, acerca do CPC-PME.	Os resultados demonstraram um baixo nível de conhecimento dos alunos concluintes de contabilidade de Campina Grande-PB sobre o conteúdo do CPC-PME.
Jesus et al. (2015)	Investigar a percepção dos contabilistas do município de Juazeiro-BA, em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para as PMEs.	Os respondentes consideram que o IFRS PMES apresenta conteúdo de difícil compreensão, porém acreditam que adoção seria importante para melhoria da qualidade das informações contábeis das PMEs. A maioria dos respondentes também demonstrou desconhecimento sobre a obrigatoriedade de elaboração de demonstrações contábeis, tais como: DRA, DMPL e Notas Explicativas.

Fonte: adaptado de Jesus et al. (2015)

tancial no currículo disciplinar das IES é realizada, com especial ênfase na abordagem da disciplina Contabilidade Internacional (REIS; NOGUEIRA; BIM, 2010).

Diante do exposto, as IES formadoras dos bacharéis em Ciências Contábeis possuem um grande desafio: preparar os estudantes para enfrentar e dar respostas às exigências acerca da nova realidade relacionadas às normas internacionais de contabilidade. Bemfica et al. (2016) ressaltam que, diante das mudanças impostas pela Contabilidade em âmbito global, as funções do contador passaram a ser encaradas com maior prestígio. É indiscutível que essas mudanças acarretaram o incremento do *status* profissional nos três fatores preponderantes propostos por Abbott (1988): complexidade, subjetividade e relevância.

Assim sendo, a profissão passou a ter mais visibilidade e maior valorização pelo mercado, o que impacta diretamente a procura pelo ingresso no curso, motivos pelos quais, segundo o CRCSP (2014), o curso de Ciências Contábeis foi um dos mais procurados no país em 2013, ocupando a quarta colocação do *ranking* nacional, com cerca de 320 mil ingressantes.

Desse modo, o ensino de Contabilidade se constitui em um fator primordial para o processo de convergência contábil das normas internacionais, demandando atenção e investimentos, tendo em vista que o Brasil ainda enfrenta diversos entraves para a consolidação desse processo, sendo a dificuldade do ensino superior de Contabilidade em formar mão de obra especializada um dos que mais preocupam (BEMFICA et al., 2016).

Armond, Avelino e Nascimento (2014) lembram que, os cursos de graduação oferecidos

nas universidades brasileiras, nem sempre apresentam conteúdos atualizados, alocados nas disciplinas que compõem a matriz curricular, havendo, portanto, uma diferença em relação ao conteúdo e a maneira como a disciplina é retratada. Para Antunes et al. (2012), o ambiente acadêmico tem como obrigação acompanhar as transformações no mercado, com o objetivo principal de qualificar os estudantes para o novo momento vivido pela Contabilidade no País.

Nessa perspectiva, Costa et al. (2013) reforçam que, nesse processo, os professores são imprescindíveis, sendo indispensável a busca constante pela atualização de seus conhecimentos e práticas, pois, assim, será possível garantir ao discente estímulo para buscar o aprendizado. Entretanto, os autores lembram ainda que a incumbência de incentivo aos alunos não é tarefa única e exclusiva dos docentes, mas, também, da estrutura física do ambiente de ensino e de fatores externos ao contexto físico da IES, como o ambiente familiar e situação financeira.

Relativamente aos alunos de Ciências Contábeis, o aprendizado efetivo da essência contábil e das novidades introduzidas pela convergência das normas internacionais contribuirá para o crescimento e valorização da Ciência Contábil em longo prazo, tornando-a robusta e com profissionais capacitados, atualizados e preparados para lidar com as situações do dia a dia (COSTA et al., 2013).

Como uma ciência social, a Contabilidade avança à medida que

a sociedade evolui social e economicamente. Sendo assim, Bemfica et al. (2016) reiteram que o ensino superior é, sem dúvida, essencial para o desenvolvimento das Ciências Contábeis. Diante do exposto, faz-se necessário que o ensino adote postura proativa na busca por melhorias e maiores avanços no processo de convergência contábil das PMEs.

3. Procedimentos Metodológicos

Quando se realiza uma pesquisa, o objetivo é buscar respostas para os questionamentos propostos. Assim, diante dos objetivos e da problemática que incentiva a execução dessa pesquisa, o estudo classifica-se como descritivo, que, de acordo com Gil (2008), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população. Na opinião de Beuren (2008), esse tipo de estudo caracteriza-se como “intermediário” entre a pesquisa exploratória e a explicativa, não sendo tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda.

Tendo em vista que o objetivo do estudo é investigar a autopercepção dos alunos em relação à convergência da contabilidade das pequenas e médias empresas ao padrão IFRS PMEs, divulgado no Brasil por meio da NBC TG 1000, quanto aos procedimentos metodológicos, foi utilizada a técnica de levantamento ou *survey* que, conforme Gil (2008), operacionaliza-se por meio da interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Em relação à abordagem metodológica do problema, o presente estudo caracteriza-se predominantemente como quantitativo que, conforme Beuren (2008), tem por característica fundamental o emprego de instrumentos estatísticos no tratamento dos dados. Essa classificação justifica-se pelo emprego da técnica



Test t Student para avaliar a existência de diferenças significativas nas respostas entre as IES, gêneros, experiência profissional e os períodos do curso de Ciências Contábeis.

Centralizou-se o estudo exclusivamente nas IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis de forma presencial nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) e para os alunos que estavam matriculados a partir do quinto semestre, tendo em vista que já cursaram boa parte dos conteúdos oferecidos pela matriz curricular das instituições e estão mais próximos de ofertarem ao mercado, os seus serviços enquanto profissionais. Inclusive, ressalta-se o fato de que alguns, apesar de estudantes, já trabalham na área contábil, condição que também motiva avaliar a percepção desses discentes.

As duas cidades contempladas no estudo foram escolhidas pelo fato de se apresentarem economicamente como os dois municípios mais importantes e desenvolvidos da região do Vale do São Francisco, sendo um centro de atração populacional consolidado que exerce a função de líder na região (ARAÚJO; SILVA, 2013).

Na região do Vale do São Francisco, atualmente existem três instituições que promovem o ensino de forma presencial. Na cidade baiana, está a Faculdade São Francisco de Juazeiro (FASJ) e, no município pernambucano, estão a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facape) e Faculdade Maurício de Nassau. Essa última, porém, não foi contemplada na presente pesquisa por oferecer o curso apenas recentemente, não apresentando, portanto, turmas com alunos pós quinto período.

O questionário da pesquisa foi composto de 12 questões, tendo sido aplicado de forma presencial e não probabilística aos alunos das duas instituições, entre os meses de março e abril de 2017. Foi alcançado um total de 119 respostas, sendo na FASJ 56 e 63 na Facape.

4. Análise e discussão dos resultados

Apresenta-se, neste tópico, a análise e discussão dos resultados do estudo, sendo reportado, inicialmente, o perfil dos respondentes e, a seguir, o objeto do estudo, isto é, a autopercepção dos respondentes em relação ao IFRS PMEs.

4.1 Perfil dos respondentes

Conforme apresentado anteriormente, participaram da presente pesquisa um total de 119 respondentes, sendo 60% do gênero feminino e 40% do masculino. Analisando a distribuição de gênero por instituição, notou-se que, dos 56 alunos da FASJ, 33 deles (ou 59%) são do gênero feminino e 23 do gênero masculino. Na Facape, dos 63 respondentes, o gênero feminino também representa a maioria absoluta (60% de participação). Tal resultado ratifica a tendência verificada nas pesquisas recentes (e.g., MARTINS, CUNHA e GARCÍA (2013); REIS, NOGUEIRA e BIM (2014), entre outros), que apontam o crescimento do interesse e a procura das mulheres pelo curso de Ciências Contábeis. Esse resultado, inclusive, pode indicar que, em um futuro próximo, o gênero feminino poderá ser maioria entre os profissionais da contabilidade da região.

Acerca da faixa etária dos respondentes da pesquisa, 53% dos respondentes têm até 23 anos; 34% têm entre 24 e 28 anos; outros 9%

têm entre 29 e 33 anos; e por fim, 5% têm entre 34 e 41 anos. Assim, percebe-se que existe uma faixa etária diversificada entre os estudantes contemplados na presente pesquisa.

Outra questão importante para a caracterização dos estudantes pesquisados ocorre no período no qual cursavam. Dos 56 alunos pesquisados na FASJ, 44 estavam matriculados entre o 5º ou o 6º semestre do curso de Ciências Contábeis, e 12 dos respondentes entre o 7º o e 8º período. Já na Facape, 36 estudantes cursavam o 5º ou o 6º semestre e 27 no 7º ou no 8º semestre.

Também buscou-se caracterizar os respondentes pelo nível de experiência na área contábil. Nesse sentido, do total de participantes, 60 deles, ou 50%, afirmaram trabalhar na área, sendo que 40% destes estão no mercado há menos de 1 ano; 27% está entre 1 e 3 anos; cerca de 22% têm entre 3 e 5 anos de experiência; 8% têm entre 5 e 10 anos; e 3% têm mais de 10 anos de atuação no mercado de trabalho.

4.2 Percepção dos respondentes em relação ao IFRS PMEs

No que diz respeito à aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas de acordo com o CPC completo ou *full* IFRS, inicialmente buscou-se investigar a autopercepção dos respondentes a respeito de seus níveis de conhecimento sobre essas normas. As respostas coletadas nas duas instituições são reportadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Autopercepção do nível de conhecimento sobre o CPC completo

Opções	Frequência	Frequência	Percentual (%)
	Juazeiro	Petrolina	
Nenhum	9	5	12%
Baixo	27	35	52%
Médio	20	20	34%
Alto	0	3	3%
Pleno	0	0	0%
Total	56	63	100%

Fonte: elaboração própria.

Os resultados evidenciam que a maioria dos estudantes das duas instituições (52%) reconhece deter baixo nível de conhecimento em relação às normas contábeis emitidas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC, sendo que, aproximadamente, 34% destes admitiram ter conhecimento em nível médio; 12% afirmaram desconhecer totalmente; e apenas 3% responderam deter alto nível de conhecimento no que diz respeito aos pronunciamentos.

Em questionamento semelhante em estudo realizado com profissionais e estudantes no Estado da Paraíba, Martins, Cunha e Garcia (2013) identificaram que cerca de 67,5% dos respondentes declararam ter um conhecimento considerado médio sobre o conjunto de CPC e 25,7%, um conhecimento considerado baixo. Assim, pode-se concluir que, quando confrontado com a amostra compreendida no estudo realizado na Paraíba, os futuros profissionais do Vale do São Francisco demonstram perceber possuir menor nível de conhecimento sobre o CPC completo, podendo implicar a existência de profissionais despreparados para implementação das normas técnicas, dentro de um futuro próximo.

Conforme apresentado anteriormente, buscou-se, exploratoriamente, investigar a eventual existência de padrões distintos de percepção entre grupos, sendo utilizada, para tal, a técnica *test t Student*. Diante do exposto, não foram notadas diferenças significativas no padrão de respostas entre gêneros ($t=1,54^{ns}$) e IES ($t=-0,56^{ns}$), no entanto, observou-se diferenças estatisticamente significativas no padrão de respostas entre os períodos do curso ($t=3,78^{***}$), indicando, assim, que alunos concluintes apresentam percepção de deter maior nível de conhecimento acerca das normas completas emitidas

de acordo com o CPC completo ou *full IFRS*. Esse achado pode ser justificado pelo fato de os alunos concluintes estarem tendo contato mais específico por meio da disciplina Contabilidade Internacional que somente é oferecida nos últimos períodos da graduação e que, na sua ementa, contempla conteúdos típicos das IFRS.

Também foi notada a existência de diferença significativa acerca da percepção de maior nível de conhecimento a respeito dos pronunciamentos contábeis completos emitidos de acordo com o CPC completo ou *full IFRS*, entre os grupos que apresentavam experiência profissional frente àqueles que reportaram não ter exercido tal atividade até então ($t=1,64^*$). Esse resultado, especificamente, mostra-se relevante ao indicar que, para aqueles que estão atuando na prática, o grau de percepção é maior, porque, apesar do lento processo de harmonização, as alterações propostas pelas IFRS têm se mostrado presentes e aos poucos transformado o dia a dia e as rotinas contábeis das empresas.

Em se tratando da NBC TG 1000, norma emitida com base no CPC PME e de acordo com o IFRS PMEs, foi realizado um questionamento semelhante ao anterior, sendo os achados apresentados na Tabela 2.

Conforme reportado na Tabela 2, pode-se notar que 45% dos respondentes percebem possuir baixo nível de conhecimento em relação à norma e cerca de 32% confessaram

não deter nenhum conhecimento. Considerando que a economia do Vale do São Francisco é formada, na sua maior parte por PMEs. Esses resultados indicam um cenário pessimista, revelando que os futuros profissionais da contabilidade têm pouquíssima ou nenhuma familiaridade com a norma.

Os resultados encontrados entre os discentes de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) se aproximam dos achados de Martins, Cunha e Garcia (2013) que puderam averiguar que, entre os estudantes, o nível de conhecimento que mais predominou entre as respostas foi o baixo (com frequência de 41%).

No estudo de Jesus et al. (2015), realizado com os profissionais da contabilidade no Município de Juazeiro-BA, cerca de 56,7% dos investigados indicaram ter baixo nível de conhecimento acerca da NBC TG 1000, além de afirmarem que a norma tem linguagem complicada que dificulta o entendimento e sua consequente aplicação na prática. Dessa forma, na comparação dos resultados, isso pode evidenciar uma tendência existente nas IES da região, indicando que boa parte dos os alunos têm saído da universidade e ingressado no mercado de profissional sem ao menos conhecer tal normatização.

Relativamente aos testes de diferenças de médias, não foram notadas diferenças significativas no padrão de respostas entre gêneros ($t=1,15^{ns}$), IES ($t=-0,045^{ns}$), período

Tabela 2 – Nível de conhecimento em relação à NBC TG 1000 (IFRS PMEs)

Opções	Frequência	Frequência	Percentual (%)
	Juazeiro	Petrolina	
Nenhum	20	18	32%
Baixo	22	31	45%
Médio	14	12	22%
Alto	0	2	2%
Pleno	0	0	0%
Total	56	63	100%

Fonte: elaboração própria.

do curso ($t=-0,89^{ns}$) e experiência ($t=-0,34^{ns}$). Torna-se relevante ressaltar que, ao contrário do que ocorreu com a percepção de maior nível de conhecimento acerca dos pronunciamentos contábeis completos emitidos de acordo com o CPC completo ou *full IFRS*, não foi notada a existência de diferença significativa de percepção de conhecimento, entre períodos e experiência profissional, no tocante à NBC TG 1000, sinalizando a necessidade, eventualmente, de um maior reforço por parte das IES no ensino e reprodução dos conteúdos relacionados ao IFRS PMEs.

Outra questão importante para o estudo ocorre relativamente à crença dos discentes acerca da aplicação do IFRS PMEs pelos profissionais da contabilidade. Nesse sentido, foi realizado tal questionamento, sendo os resultados reportados na Tabela 3.

Observando as respostas, chama atenção o fato de 48% dos alunos não saberem opinar por desconhecimento da referida norma, constatando um resultado que ratifica o alerta para as instituições da região, pois, a maioria dos discentes que está frequentando o curso de Ciências Contábeis há pelo menos dois anos, afirmou desconhecer totalmente a norma responsável pela regulamentação da contabilidade das PMEs.

Para cerca de 17%, a norma vem sendo aplicada porque os contadores estão preocupados com as novidades trazidas pela normatização internacional e, conseqüentemente, buscando se preparar para prestar informações precisas. Para 13% dos respondentes, os profissionais vêm seguindo a norma à risca, para atender à demanda dos empresários que estão precisando de informações para melhores tomadas de decisões. Oposto a isso, aproximadamente 12% julgaram que os empresários não consideram a Contabilidade como uma fonte de informação importante para o seu negócio, e por isso, os pro-

fissionais não têm aplicado de forma plena. Os 11% restantes creem que a norma não vem sendo cumprida porque os contadores atuantes no mercado não estão suficientemente preparados para aplicação.

Pinto, Costa e Santos (2013), em seu estudo com profissionais da contabilidade residentes nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e no Distrito Federal puderam constatar que apenas 33,3% dos participantes da pesquisa já realizaram aplicação da NBC TG 1000. A título de comparação, esse resultado mostra-se próximo do evidenciado na Tabela 3, em que aproximadamente 30% dos discentes afirmaram acreditar na aplicação dessa norma na prática por parte dos profissionais da região do Vale do São Francisco.

Relativamente à percepção quanto aos obstáculos inerentes à aplicação prática da NBC TG 1000, conforme Tabela 4, repetidamente uma parcela relevante dos discentes

(50%), que dentro de alguns anos serão futuros profissionais da contabilidade disponíveis no mercado da região, afirmou não saber opinar por não conhecer a referida norma que se encontra em vigência no País desde 2010.

Aproximadamente 20% percebem que existe uma carência de profissionais qualificados no mercado para aplicação integral, bem como 18% acreditam que a falta de treinamentos pelos órgãos responsáveis pela profissão se porta como o maior obstáculo para implementação. Além do mais, é importante ressaltar que, para 8%, a falta de exigibilidade por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) é o obstáculo principal para o não cumprimento.

A percepção sobre os obstáculos à aplicação prática da NBC TG 1000 é reportada na Tabela 4.

Em uma pergunta similar, em estudo realizado com profissionais da contabilidade do Município de

Tabela 3 – Crença em relação à aplicação da norma

Opções	Frequência	Frequência	Percentual (%)
	Juazeiro	Petrolina	
Não, porque os contadores não estão preparados.	4	9	11%
Não, porque os empresários não consideram a Contabilidade uma boa fonte de informação.	7	7	12%
Sim, porque os contadores estão se preparando para prestar uma melhor informação.	12	8	17%
Sim, porque os empresários estão precisando de informação para suas tomadas de decisões.	9	6	13%
Não sei por que não conheço a norma.	24	33	48%
Total	56	63	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4 – Maior obstáculo para aplicação da NBC TG 1000

Opções	Frequência	Frequência	Percentual (%)
	Juazeiro	Petrolina	
Falta de profissionais preparados no mercado.	12	12	20%
Falta de exigibilidade por parte da Receita Federal do Brasil.	6	4	8%
Falta de divulgação e treinamento pelos órgãos responsáveis pela profissão contábil.	10	12	18%
Aumento do volume de serviço exigido do contador sem equivalente aumento dos honorários.	2	2	3%
Não sei, por que não conheço a norma.	26	32	50%
Total	56	62	100%

Fonte: elaboração própria.

Juazeiro (BA), Jesus et al. (2015) puderam constatar que 39% deles se apoiam na falta de exigibilidade, sanções e previsão legal para justificar a não aplicação. Ainda, para 25% dos respondentes, a adoção completa não ocorre pela falta de preparo e consequente insegurança para executar o conteúdo previsto pela NBC TG 1000. Já no estudo de Martins, Cunha e Garcia (2013), que contemplou a participação de estudantes do Estado da Paraíba, os respondentes afirmaram que os maiores obstáculos são a falta de profissionais preparados (33%); para 24%, a falta de treinamento e divulgação; e 14% apontam a falta de exigibilidade por parte da RFB. Comparando os resultados, fica evidente que os respondentes da região do Vale do São Francisco apresentam grau de percepção diferenciado quanto aos obstáculos para aplicação do IFRS PMEs.

No que diz respeito à adequação de o IFRS PMEs estar diretamente ligada à existência de leis que obriguem empresários e profissionais à efetiva aplicação, cerca de 55% dos respondentes afirmaram não saber opinar por desconhecerem a norma técnica. Entretanto, para 32%, a previsão legal é necessária, pois os contadores só estão preocupados em seguir o que a lei determina.

Em relação à percepção acerca do procedimento técnico mais difícil de ser implementado, a grande parcela dos respondentes (57%) afirmou não saber, por não conhecer a NBC TG 1000 ou CPC PME. Em segundo lugar, 14% dos participantes responderam que o mais difícil de ser implementado são o reconhecimento, a mensuração e evidência dos instrumentos financeiros; para 12% dos discentes, são o reconhecimento e a mensuração de receitas e despesas; para 9% o reconhecimento e mensuração de estoques são o ponto mais complexo; para 5%, a depreciação do ati-

vo imobilizado é o ponto mais difícil; enquanto que, para os 3% restantes, o conceito de valor justo para reavaliação de ativos e passivos é o maior desafio.

Por fim, a percepção dos discentes acerca da relevância da adequação da contabilidade das PMEs para as IFRS é reportada na Tabela 5.

Observa-se que 52% deles, acompanhando a tendência notada nos questionamentos anteriores, não souberam responder por assumirem desconhecer a normatização, mas 39% deles acreditam que, a partir da adequação da contabilidade, os gestores poderão ter em mãos informações de maior qualidade e, portanto, utilizá-las para melhores decisões. Além do mais, para 6% deles, a adequação facilitaria o acesso a fontes de financiamentos; e 3% considera que, a partir da implementação integral, essas empresas poderão atrair investimentos estrangeiros.

Nas pesquisas de Jesus et al. (2015), Pinto, Costa e Silva (2013), apesar do baixo nível de adoção na prática, a grande maioria dos profissionais de contabilidade, mencionaram que a norma para as PMEs trata-se de algo importante, pois poderá fornecer informações de maior qualidade e utilidade, por meio da sua comparabilidade e transparência.

Na última questão, não foram apresentadas alternativas, sendo o espaço deixado em aberto para que

os respondentes fizessem comentários adicionais em relação à importância, à utilidade, à aplicabilidade, entre outros fatores referente às IFRS PMEs. Entretanto, apenas 3 participantes o fizeram, sendo 1 da FASJ e outros 2 da Facape e, em seus comentários, basicamente reiteraram o ganho de qualidade de informação que essas empresas teriam se a aplicação se desse de forma efetiva, e um dos discentes da Facape expôs que, na sua visão, esse processo de convergência ainda vai requerer muito tempo, em função da dificuldade de se alterarem as práticas contábeis na região, que acompanha a cultura existente na contabilidade nacional, limitando-se em atender às exigências fiscais.

5. Considerações Finais

Por meio do estudo realizado, buscou-se investigar a autopercepção dos alunos em relação à convergência do IFRS PMEs, divulgado no Brasil por meio da NBC TG 1000. Durante a realização do levantamento bibliográfico, foi possível observar a carência de pesquisas sobre a temática, cujo foco principal fosse estudantes de Ciências Contábeis, pois a maior parte dos estudos era relativa à percepção dos profissionais da contabilidade.

De modo geral, notou-se que os estudantes do Vale do São Francisco

Tabela 5 – Percepção acerca da importância da adequação da NBC TG 1000

Opções	Frequência	Frequência	Percentual (%)
	Juazeiro	Petrolina	
Porque terão acesso facilitado a fontes de financiamentos.	5	2	6%
Porque poderão adquirir informações de maior qualidade e consequentemente, tomar melhores decisões.	19	27	39%
Poderão atrair investimentos estrangeiros.	2	2	3%
Outros.	0	0	0%
Não sei porque não conheço a norma.	30	32	52%
Total	56	63	100%

Fonte: elaboração própria.

têm a percepção de deterem baixo nível de conhecimento em relação ao conjunto de CPC, elaborado com base nas normas internacionais do IASB. Relativamente à NBC TG 1000 ou CPC PME, que se encontra em vigência no País há mais de sete anos, os resultados são um tanto quanto preocupantes, pois cerca de 77% deles admitiram deter nenhum ou baixo conhecimento acerca da norma responsável por regular a contabilidade dessas empresas em conformidade com o IFRS PMEs. Dessa forma, considerando que esses respondentes vivem em uma região onde há predominância de PMEs, é possível que, em um futuro próximo, existam no mercado profissionais com limitações de conhecimento do IFRS PMEs, visto que os achados sugerem que os discentes estão saindo da graduação com restrição de conhecimentos acerca da temática.

No que se refere à percepção quanto crença e obstáculos para aplicação da NBC TG 1000, quase metade dos estudantes ratificaram o fato de não conhecerem a norma. Ressalta-se, porém, que 17% acreditam

na preocupação e responsabilidades dos profissionais da contabilidade em produzir melhores informações; e 12% julgam que os empresários não usufruem das informações para a tomada de decisões, não utilizando a contabilidade como boa fonte de informação. E como justificativa para os obstáculos que impedem a aplicação plena da norma técnica, 38% indicaram o fato de os profissionais se encontrarem despreparados para execução plena da norma e a falta de treinamento e divulgação por parte dos órgãos reguladores da profissão.

A partir dessas evidências, conclui-se que os estudantes manifestam apresentar baixo grau de percepção acerca do IFRS PMEs, revelando a necessidade de reforço por parte das IES do Vale do São Francisco e da ênfase dada à norma, sobretudo, de forma que estas sejam trabalhadas de forma mais abrangente e variada durante os períodos do curso. Além disso, o fato de não acreditarem completamente na aplicação da norma pelos profissionais que já atuam no mercado demanda a realização de reflexão tanto das IES quanto

dos órgãos da classe, de modo a desenvolverem ações efetivas no sentido de contribuir na capacitação e atualização dos futuros e atuais profissionais da contabilidade.

Como fator positivo, destaca-se a percepção dos alunos quanto à importância da adequação para o IFRS PMEs, pois cerca de 39% deles têm ciência de que a implementação trará uma evolução na qualidade das informações produzidas pelas PMEs e, por consequência, serão grandes aliadas dos gestores no processo de tomada de decisões.

Por fim, destaca-se que os achados deste estudo tendem a evidenciar a realidade, entretanto não podem ser generalizados para todos os estudantes do curso de Ciências Contábeis e para outros municípios do Vale do São Francisco, principalmente em função do tamanho da amostra. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do estudo, incluindo os discentes das IES, que oferecem o curso na modalidade “a distância”, como também os professores desses cursos, o que permitiria realizar uma análise mais abrangente.

6. Referências

ABBOTT, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de. A adoção no Brasil das normas internacionais IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, v. 10, n.20, jan. 2012.

ALVES, Fernando Lins; MIRANDA, Luiz Carlos; MEIRA, Juliana Matos de; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, set/dez 2013.

ARÁÚJO, Guilherme José Ferreira de; SILVA, Marlene Maria da. Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 14, n.46, p. 246-264, jun. 2013.

ARMOND, Mácio Castellan; AVELINO, Bruna Camargos; NASCIMENTO, Eduardo Mendes. A percepção de estudantes de cursos de ciências contábeis em relação ao ensino da disciplina contabilidade internacional e à adoção das Normas Internacionais no Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. *Anais eletrônicos...* São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://www.congresso.usp.br/fipecafi.org/anais/artigos142014/38.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008

BEMFICA, Melina França Cabral; ARAÚJO, Ricardo Henrique Miranda de; SANTOS NETO, Eugênio Matias dos; BEMFICA, Eduardo Andrade; *Convergência às Normas Internacionais e o Ensino da Contabilidade: Uma Análise sob a Ótica dos Coordenadores dos Cursos de Ciências Contábeis de Pernambuco*. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, v. 4, n. 12, p.44-59, 2016.

CARÍSSIMO, Claudio Roberto; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo através dos escritórios contábeis de Minas Gerais. *Revista Mineira de Contabilidade*, ano 13, n. 48, p. 6-15, out./nov./dez. 2012.

CRC-SP - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Ciências Contábeis é o quarto curso mais procurado*. Disponível em: <<http://crc-sp.jusbrasil.com.br/noticias/138758656/ciencias-contabeis-e-o-quarto-curso-mais-procurado-segundo-o-mec>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n. 1.255 de 17 de dezembro de 2009. *Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.spx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 05 jan. 2017.

COSTA, Leonardo da; NASCIMENTO, Suênia; LAGIOIA, Umbelina; ARAÚJO, Juliana de; LEMOS, Livia. Uma Investigação acerca das Percepções dos Discentes do Brasil e de Portugal sobre a Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais. *R. Cont. Ufba, Salvador*, v. 7, n. 1, p. 55-68, jan./abr. 2013.

DELOITTE. *IFRS para PMEs ao seu alcance 2013/2014*. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRSPME_2013.pdf>. Acesso em: 03 Jan 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, Maristela. Reportagem: Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. *RBC: Revista Brasileira De Contabilidade*. Brasília, n. 186, p.7-19, set./ out. 2010.

JESUS, Jonathan Gabriel Brune de; COSTA, Ricardo Ferreira da; SILVA, Agnaldo Batista da; MENEGOTO, Margarete Luisa Arbugeri. International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas: a Percepção dos Contabilistas de Juazeiro-BA. 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, 2015.

MARTINS, Orleans Silva; CUNHA, Amanda Santos Lima da; GARCIA, Inajá Allane Santos. Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba. *ReCont – Ufal, Maceió*, v. 4, n. 3, p. 19-38, set./dez. 2013.

MASCA, Ema. Influence of Cultural Factors in Adoption of the IFRS for SMEs. *Procedia Economics and Finance*. v. 3, p. 567-575, 2012.

MEIRELLES, Guilherme. *Adoção do padrão IFRS anda a passos lentos entre PMEs*. Valor Econômico, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2886918/adocao-dopadiao-ifrs-anda-passos-lentos-entre-pmes>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; REIS, Juliana da Silva; SOUSA, Wellington Dantas de; SILVA, Adriano Marcos Dantas da. BR-GAAP e IFRS uma análise do processo de convergência na perspectiva do funcional illiteracy. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 186, p. 76-89, 2014.

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; DORNELLES, Olivia Maurício; SZUSTER, Natan. Ouviu o que eu disse?! Uma análise de conteúdo da influência das cartas comentários nas alterações da seção 6 – mensuração da estrutura conceitual proposta pelo IASB. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 8, n. 2, p. 309-334, jul./dez. 2016.

NOSSA, Valcemiro. Reportagem: Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. *RBC: Revista Brasileira De Contabilidade*. Brasília, n. 186, p.7-19, set./ out. 2010.

SÁ, Fernanda Franco.; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Análise da percepção dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis sobre expressões de incerteza contidas nos pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 77-105, 2012.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; REIS, Luciano Gomes dos. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. *Revista de Estudo Contábeis*, Londrina, v.1, n.1, jul./dez. 2010.

PERERA, Dinuja; CHAND, Parmod. Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMES). *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*. v. 31, p. 165-178. jun. 2015.

PEREIRA, Edinei Morais. *Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal*. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional Inter-Regional em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

PINTO, Larissa Gomes; COSTA, Patrícia de Souza; SANTOS, Cassius Klay Silva. Custos e benefícios da adoção do CPC PME. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis: 2013. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1052/20140416041438.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

REIS, Luciano Gomes dos; NOGUEIRA, Daniel Ramos; BIM, Elvis Antonio. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace – RACEF*, Ribeirão Preto, ed. 09, maio. 2014.

SEBRAE/MT – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO MATO GROSSO. *Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil*. 2014. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

SILVA, Bruno Jader Bias. *Percepção dos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da cidade de Campina Grande/PB acerca do CPC-PME*. 2014, 20f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.
